

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Relatório de Atividades e Contas

2022

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

1. Introdução.....	3
2. Breve Caraterização.....	4
3. Órgãos Sociais.....	5
4. Respostas Sociais/Serviços.....	6
5. Programas.....	11
6. Projeto “+Cuidador”.....	12
7. Recursos Humanos.....	12
8. Sistema de Gestão de Qualidade.....	14
9. Património.....	15
10. Contratação Pública.....	15
11. Outras Informações.....	15
12. Análise da Situação Económica e Financeira.....	17

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade.....	25
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	25
3. Base de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas.....	26
4. Investimentos.....	33
5. Ativos Intangíveis.....	35
6. Inventários.....	35
7. Rendimentos.....	37
8. Subsídios e Outros Apoios do Governo.....	38
9. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	39
10. Imposto sobre o Rendimento	39
11. Instrumentos Financeiros.....	39
12. Fornecimentos e Serviços Externos.....	42
13. Benefícios dos empregados.....	43
14. Outros Gastos	43
15. Outras Informações.....	44

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas, nos termos definidos no compromisso, respeita à atividade desenvolvida no ano de 2022 pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta (SCMC).

Compromisso: constituído por 74 artigos, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Irmandade em 20/06/1985. Foi homologado em 25 de Junho de 1985 pelo *Bispo da Diocese do Funchal* e o respetivo registo foi lavrado pela inscrição n.º 4/91, a folhas 4 do Livro de Inscrição de IPSS considerando-se efetuada em 28 de Julho de 1991, nos termos do n.º 4 do artigo 13º do supracitado Regulamento.

É uma Instituição canonicamente ereta - Irmandade da Misericórdia.

Fins: Praticar a solidariedade social, concretizada nas Obras de Misericórdia.

A visão e valores: ser uma resposta social de referência, pela prestação de serviços humanizados que potenciam a inclusão social.

A alteração do compromisso da Instituição SCMC foi aprovado em Assembleia Geral de 21 de abril de 2016.

A 05 de maio de 2016 foi remetido ao Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.

Nos termos dos Cân. 164-179 do Código de Direito Canónico e do artigo 6.º do Decreto Interpelativo da Conferência Episcopal Portuguesa, aprovou o novo Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, constituído por quarenta e um artigos e redigidos em vinte e seis páginas, em 31 maio de 2016.

O registo de alteração do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Calheta foi publicado na II série do JORAM, nº 190 de 28 de outubro de 2016 - Declaração n.º 10/2016.

A estrutura orgânica desta Instituição é constituída por 3 órgãos, que são: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa.

Prestar contas é um dos mais nobres atos das instituições, com particular relevo para as Instituições que desempenham funções de natureza pública.

É através deste nobre gesto que confrontamos o nosso empenho, na realização dos projetos, ideias e ações com que nos comprometemos nos respetivos Planos de Atividade.

Atentos à dinâmica da SCMC, não é fácil transmitir para o papel a emoção, a alma e a vontade que colocamos na execução do Plano de Atividades aprovado pelos irmãos na Assembleia. Os factos são eles mesmos a inequívoca manifestação da nossa atividade, do nosso empenho e da nossa vontade em termos uma Instituição segura, aceite, credibilizada e útil à população a quem se destina.

Nem sempre é possível agradar a todos. Trabalhamos para quem necessita dos nossos serviços, trabalhamos por uma Instituição sustentável e de que os irmãos, utentes e colaboradores se orgulhem, fiel aos princípios para que foi criada.

Não seria necessário mencioná-lo mas, para comprovar, está o trabalho voluntário efetuado pelos vários órgãos sociais ao longo dos anos, como prova da capacidade, dedicação à causa e demonstração inequívoca de boa gestão dos recursos.

2. BREVE CARATERIZAÇÃO

As Misericórdias foram criadas há mais de 500 anos, sendo sua fundadora e protetora a rainha **D. Leonor**. Atualmente, em Portugal, as Misericórdias são cerca de 400 e a sua ação abrange todos os setores da vida social, dedicando-se à infância, juventude e terceira idade. Apoiam diariamente cerca de 165 mil pessoas e, para o efeito, contam com mais de 45 mil colaboradores diretos.

A Misericórdia da Calheta foi fundada em 1535, por Alvará Régio de 7 de Outubro, tendo, portanto, quase cinco séculos de existência e está vocacionada, sobretudo, para o apoio à terceira idade.

A partir de 8 de Dezembro de 1991, data da inauguração da sua remodelação, a Santa Casa passou a gerir a “ERPI Nossa Senhora da Conceição”, e em 15 de Setembro de 1996, inaugurou o “Centro Comunitário Nossa Senhora da Estrela” onde funcionam a “ERPI Nossa Senhora da Estrela”, o Centro de Convívio, a Sede Social com os serviços administrativos, os serviços da Rede Regional Cuidado Continuados (UAID-RRCCI), o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e o Serviço de Fisioterapia.

CAE - Classificação de Atividade Económica 87301 - Atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento, como principal atividade. Em 2013 foi dado início de atividade a atividade secundária com CAE 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento. Em 2018 deu-se início de atividade secundária com CAE 86906 - Outras atividades de saúde humana.

Edifícios Arrendados

1921 - A Administração conseguiu restaurar o seu edifício próprio, que ainda hoje se mantém, e na qual estão instalados os **Paços do Concelho - Câmara Municipal da Calheta**. Foi celebrado contrato de arrendamento em abril de 1991.

1956 - A Administração presidida pelo comendador Sequeira Cabrita construiu o **Hospital da Calheta**, sendo despojada após o 25 de Abril de 1974 cessando a sua atividade, que era exclusivamente hospitalar.

Posteriormente foi reativada e, em janeiro de 1999, foi celebrado contrato de arrendamento com os Serviços de Saúde da Região para funcionamento do Centro de Saúde da Calheta.

Em 01-04-2019 deu-se início a Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta - Hospital, com auto de receção da obra em 31-07-2020. Em 17-09-2020 realizou-se a sua reabertura ao público.

2001 - Foi celebrado contrato em dezembro de 2001 entre a **Direção Geral dos Registos e Notariado** e a Instituição, para o arrendamento das instalações onde funcionam a Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta.

3. ÓRGÃOS SOCIAIS

A Direção está distribuída pelos diversos órgãos, eleitos a 4 dezembro de 2020 com tomada de posse em 29 dezembro de 2020, para o quadriénio 2021/2024, de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

Assembleia Geral: Órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da Instituição, sendo integrada por todos os irmãos no pleno gozo dos seus direitos, o que confere participação e responsabilidade dos membros nas decisões da Instituição.

A Assembleia Geral, para cumprimento das disposições estatutárias, realiza duas assembleias gerais anuais ordinárias, uma em novembro para análise e deliberação sobre a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e a outra, no mês de abril, para análise e deliberação sobre o Relatório e Contas do ano anterior.

Quando necessário realizam-se assembleias gerais extraordinárias, tendo-se realizado a última em 30 de setembro de 2022, relativo ao Orçamento Retificativo de Investimentos para 2022.

Tem a seguinte composição:

Assembleia Geral (quadriénio 2021/2024)	
Presidente	Francisco Félix Sousa
Secretário	José Gregório Gouveia
Secretário	Armando Alberto Bettencourt Simões Ribeiro

Mesa Administrativa: Órgão por excelência que define as estratégias e a ação da Instituição, competindo-lhe deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias. Toma deliberações em todas as áreas que não se encontrem definidas como competência de outros órgãos e compete-lhe, de entre outras funções, apresentar as estratégias da ação, materializadas no Plano de Atividades e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Mesa Administrativa (quadriénio 2021/2024)	
Presidente	José Mário Sousa Nunes
Vice-Presidente	José Basílio Azevedo Santos
Secretário	Manuel Luís Sousa Serrão
Tesoureiro	Norberto Miguel Sousa Sardinha
Vogal	Ana Maria Freitas Nóbrega
Suplente	Delfim Luís D` Achada Lourenço
Suplente	Ângela Paula Cabral Domingos
Suplente	Maria Fátima Silva Andrade

No decurso de 2022 realizaram-se 21 sessões ordinárias, nas quais foram debatidos e analisados vários assuntos, no âmbito das suas competências.

Conselho Fiscal (Definitório): Órgão de fiscalização da Instituição, competindo-lhe as funções definidas no compromisso, sendo-lhe primordialmente atribuídas o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tem a seguinte composição:

Conselho Fiscal (quadriénio 2021/2024)	
Presidente	Manuel Vieira de Sousa
Vogal	Manuel Alcindo Costa
Vogal	José Manuel Nunes Pereira
Suplentes	Maria Cecília Pereira Gouveia Cachucho
Suplentes	José Henrique Magalhães e Almeida

IRMANDADE

- 22 abril - Assembleia Geral Ordinária-Aprovação do Relatório e Contas 2021.
- 27 de maio - Lançamento do novo website da Instituição.
- 2 de junho - Celebração de Eucaristia para assinalar o “Dia da Misericórdia”.
- 15 de setembro - Comemoração do 26º Aniversário do Lar Nossa Senhora da Estrela.
- 30 de setembro - Assembleia Geral Extraordinária-Orçamento Retificativo de 2022.
- 30 de novembro - Assembleia Geral Ordinária-Aprovação Plano Atividades e Orçamento 2023.
- Publicação do Boletim “Horizonte”.

4. RESPOSTAS SOCIAIS/SERVIÇOS

Esperava-se que 2022 trouxesse o regresso à “normalidade”. No entanto, o surgimento de surtos de Covid-19 e a inflação, com o sucessivo aumento de custos, trouxe novas dificuldades à gestão da Misericórdia.

Apesar dos condicionalismos, a Misericórdia da Calheta continuou empenhada na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade; nesse sentido deu continuidade ao Projeto “+Cuidador”, às obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela, e através das suas respostas sociais/serviços e da equipa continuou a apoiar os mais vulneráveis do Concelho da Calheta.

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta desenvolve a sua atividade nas seguintes Respostas Sociais, e das atividades concretizadas destacamos as seguintes:

- **Gabinete Social**

No ano de 2022 foram admitidos 26 utentes nas ERPI's, sendo que destes, 20 foram internamentos de longa duração e 6 internamentos temporários.

- **ERPI's (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas)**

ERPI Nossa Senhora da Conceição - Rua das Amoreiras n.º 46, 9370-068 Arco da Calheta, com capacidade para 26 utentes.

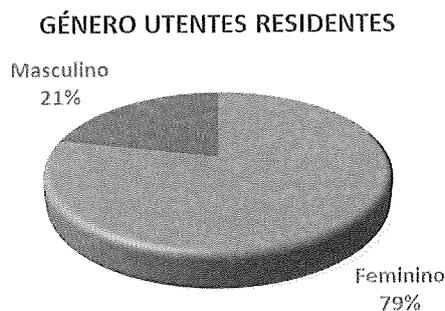
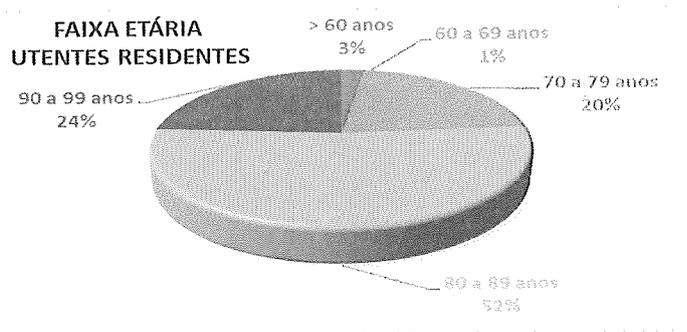
A Santa Casa desenvolve a sua atividade em espaço que pertence à Fábrica da Igreja do Arco da Calheta.

ERPI Nossa Senhora da Estrela - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com capacidade para 58 utentes.

O âmbito de ação desta Resposta Social consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

Os serviços prestados e as atividades desenvolvidas na ERPI Nossa Senhora da Conceição e na ERPI Nossa Senhora da Estrela são adaptados às necessidades de cada utente e têm como objetivo contribuir para a estabilização e retardamento dos impactos negativos associados ao processo de envelhecimento e para a preservação da sua autonomia e independência.

Em dezembro de 2022, nas duas estruturas residenciais da Santa Casa, eram apoiados 84 utentes, sendo 52% na faixa etária dos 80 aos 89 anos; o género predominante era o feminino, com 79%.



O ano 2022 foi marcado pelo surgimento de surtos de Covid-19 nas ERPI's, o que exigiu alterações no funcionamento e gestão de modo a cumprir com as orientações das entidades competentes.

Procurou-se manter a maior normalidade possível do quotidiano, dando uma atenção individualizada aos utentes, centrada na satisfação das necessidades de vida diária. Desta forma, foram comemoradas as datas festivas com maior destaque, designadamente, o Dia de Reis, Carnaval, Páscoa, Magusto e Festa de Natal. Foram ainda assinaladas datas como o

Dia do Idoso, Dia da Alimentação e realizadas atividades como Terço Missionário, passeios ao exterior com grupos mais autónomos, utilização do programa de estimulação cognitiva SIOSLIFE e, sempre que possível, realizou-se a celebração semanal da eucaristia.

As visitas presenciais dos familiares foram regulares, ocorrendo de acordo com as regras e orientações do Serviço Regional de Saúde. Mantiveram-se os contatos através de telefone e vídeo-chamada.

- Centro de Convívio:

Centro de Convívio - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 65 utentes apoiados.

Desenvolve atividades de apoio à população idosa procurando proporcionar atividades socio-recreativas e de ocupação. Procura fomentar também as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários a fim de evitar o isolamento.

Em relação às referidas Respostas Sociais, ERPI Nossa Senhora da Conceição, ERPI Nossa Senhora da Estrela e Centro de Convívio para Idosos, foi celebrado em 04 de Agosto de 2005 o Acordo de Cooperação n.º 04/2005 entre o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM) e a Santa Casa. Em 2006 foi celebrado uma adenda ao referido acordo, com produção de efeitos a 01 de Maio de 2006, que teve por objetivo a revisão do valor da comparticipação financeira, designadamente em resultado de alterações quer na capacidade das ERPIs e Centro de Convívio, objeto do mesmo acordo, quer no horário de funcionamento da Resposta Social “Centro de Convívio”.

Devido às obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela, o Centro de Convívio teve de continuar a funcionar no Salão Paroquial de São Francisco Xavier. Esta Resposta Social, que tem como principais objetivos satisfazer as necessidades dos utentes e combater a solidão e o isolamento social, proporcionando momentos de convívio e lazer através de atividades ocupacionais, apoiou em média 65 utentes por mês sendo que o sexo feminino se destaca com um maior número de frequentadores.

Foram desenvolvidas várias atividades, das quais destacamos as seguintes:

- Comemoração dos aniversários
- Almoço Dia da Mulher
- Ida ao Mudas - Peça de Teatro
- Festa da Flor
- Piquenique na Fonte do Bispo
- Terço Missionário
- Comemoração do Dia da Alimentação
- Comemoração do Dia do Idoso
- Magusto
- Ida ao Circo
- Missa de Natal

- Serviço de Apoio Domiciliário

Serviço de Ajuda Domiciliária - Clássico - presta apoio à população idosa em todas as freguesias do concelho da Calheta, numa média mensal de 290 utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta Resposta Social tendo por base o Acordo de Gestão n.º 01/2018 celebrado com o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM). Consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a indivíduos e famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária, nomeadamente na prestação de cuidados de higiene pessoal, ambiental, e tratamento de roupa.

Esta resposta social manteve a prestação de cuidados e serviços às famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio em situação de dependência física e/ou psíquica e que não podem assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária.

A 31 de dezembro eram apoiados 254 utentes distribuídos pelas 8 freguesias do concelho:

Freguesias	Nº Utentes por freguesia
Calheta	60
Estreito da Calheta	45
Fajã da Ovelha	42
Arco da Calheta	37
Ponta do Pargo	29
Prazeres	23
Paúl do Mar	14
Jardim do Mar	4

Serviço de Apoio Domiciliário - Fornecimento de Refeições - tem como objetivo a confeção, transporte e distribuição de refeições ao domicílio a 60 Utentes. A Santa Casa presta este serviço ao abrigo do Acordo de Gestão n.º 01/2018 celebrado com o ISSM.

Na continuidade deste acordo com o ISSM, durante o ano, foram fornecidas refeições a 60 idosos, em todo o concelho da Calheta cobrindo as necessidades alimentares nos sete dias da semana.

Manteve-se o Serviço de Lavandaria, a distribuição mensal de fraldas e o Banco de Ajudas Técnicas com o empréstimo de camas articuladas e cadeiras de rodas.

- **UAID/REDE**

Rede Regional Cuidados Continuados Integrados/Unidade de Apoio Integrado Domiciliário (RRCCI/UAID). Foi celebrado Acordo de Cooperação n.º 01/2018, com o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM) e o Serviço Regional de Saúde (SESARAM). Consiste na prestação de apoio ao domicílio para pessoas em situação de dependência ou em risco de perda de autonomia, garantindo, em regime de itinerância, a prestação de cuidados continuados, nomeadamente na reabilitação global do utente, na ajuda na aquisição de capacidades e competências dos utilizadores e suas famílias, promovendo a máxima autonomia e autocuidado.

Este serviço está incluído na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados e funciona 7 dias por semana, das 8h às 20h, sendo as admissões e altas deste serviço da responsabilidade da Equipa de Coordenação Local do Instituto de Segurança Social da Madeira, sediada na Ribeira Brava.

Ao longo do ano 2022, foram apoiados uma média mensal de 8 utentes.

- **Centro Comunitário do Pinheiro**

Centro Comunitário do Pinheiro - localizado no sítio do Pinheiro, Arco da Calheta. Usufruem deste centro cerca de 12 utentes. A Santa Casa colabora com o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM), na gestão deste centro, tendo por base o Acordo de Cooperação n.º 02/2003 e em parceria com a Câmara Municipal da Calheta, proprietária do edifício.

Desenvolve atividades lúdico-didáticas e de convívio com vista a melhoria das condições de vida dos utentes e da sua melhor integração social.

Nesta resposta social são desenvolvidas, sob coordenação técnica da Autarquia local, atividades de animação sócio-cultural, de forma a ocupar os tempos livres dos utentes. Em Dezembro de 2022 eram apoiados 12 utentes.

- **Loja Solidária**

Mantendo a parceria com a Câmara Municipal da Calheta, Paróquia do Atouguia e Vicentinos, continuamos a dinamizar a Loja Solidária, que tem como objetivo suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas, através da partilha de vestuário, calçado, acessórios, equipamento doméstico, pequenos eletrodomésticos, livros, brinquedos, entre outros.

Durante o ano de 2022, a Loja Solidária funcionou às terças e quintas-feiras, no período da tarde e foram realizados 283 atendimentos.

- **Voluntariado**

Em 2022, o Programa de Voluntariado da Instituição “*Sou Solidário*” teve 11 voluntários distribuídos pelas respostas sociais/serviços da seguinte forma: 5 na Loja Solidária, 3 na ERPI Nossa Senhora da Estrela, 1 na ERPI Nossa Senhora da Conceição e 2 na Lavandaria.

- **Serviço de Medicina Física e de Reabilitação**

O Serviço de Medicina Física e Reabilitação - Fisioterapia conta com uma equipa especializada composta por uma Médica Fisiatra, três Fisioterapeutas e três Auxiliares, que asseguram o tratamento de fisioterapia diário aos doentes.

No ano transato foram disponibilizadas um total de 274 consultas de Fisiatria, distribuídas da seguinte forma:

Consultas de Fisiatria 2022

UTENTES	QTE	%
Utentes Externos	205	74,8 %
Funcionários	13	4,7 %
Utentes ERPI'S	50	18,2 %
Irmãos	5	1,8 %
Atletas Clube Estrela	1	0,4 %
	274	100,0 %

No dia 08 Setembro assinalou-se o Dia Mundial da Fisioterapia, com a realização de uma exposição alusiva ao tema, onde pudemos contar com o testemunho de utentes que já usufruíram do Serviço.

Neste dia, foi também lançado nas redes sociais um vídeo promocional do Serviço de Medicina Física e Reabilitação da Santa Casa.

5. PROGRAMAS

- **PEA - Programa de Emergência Alimentar**

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM) no Programa de Emergência Alimentar (PEA 2022), tendo sido apoiadas, em média, 33 Famílias por mês, abrangendo no total 107 beneficiários.

- **POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas**

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM) no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, tendo sido apoiadas mensalmente uma média de 53 agregados familiares abrangendo cerca de 151 beneficiários.

- **PROAGES - Programa de Apoio à Garantia da Estabilidade Social**

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com a Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania (SRIC)/Direção Regional dos Assuntos Sociais (DAS) na atribuição deste apoio que visa incrementar um apoio suplementar ao rendimento de trabalho dos agregados familiares. Foram abrangidas 16 famílias, com o total de 58 beneficiários.

6. PROJETO “+CUIDADOR”

O Projeto “+Cuidador” desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta, em parceria com a Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny, teve o seu início em abril de 2021.

Este projeto visa avaliar a qualidade de vida dos cuidadores informais dos concelhos da Calheta e da Ponta do Sol, promovendo a sua valorização, capacitação e conseqüente melhoria dos cuidados prestados e da qualidade de vida dos envolvidos. O “+ Cuidador” pretende ainda contribuir, através do acompanhamento técnico nas áreas social e da saúde, para prolongar a permanência da pessoa cuidada no seu domicílio em alternativa à institucionalização.

No ano de 2022 foram realizadas 4 formações, 2 destinadas aos Cuidadores Informais e 2 destinadas aos Cuidadores Formais (Ajudantes de Ação Direta e Auxiliares de Serviços Gerais).

O projeto abrangeu no total 80 cuidadores, sendo 70 do concelho da Calheta e 10 do concelho da Ponta do Sol.

7. RECURSOS HUMANOS

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta acolhe anualmente desempregados subsidiados ou em situação de carência económica, ao abrigo dos programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego da Madeira.

No ano 2022, esta Instituição garantiu a ocupação de 23 desempregados, numa média de 11 colocados nas mais diversas áreas:

POT	18	Auxiliares de Serviços Gerais
	1	Rececionista
Experiência Garantia	2	Auxiliar Ação Médica
REATIVAR	1	Jardineiro/Trabalhador Agrícola
MAIS	1	Rececionista
TOTAL:		23

Procedimentos para Recrutamento de Pessoal:

Foram realizados três procedimentos para recrutamento de pessoal. Alguns dos procedimentos, de carácter preventivo, possibilitaram selecionar profissionais

competentes com perfil adequado ao exercício das funções, preenchendo eficaz e rapidamente, as faltas de pessoal.

RECRUTAMENTOS EXTERNOS			
fev-22	Auxiliar Serviços Gerais	4 candidatos/as	Contrato a tempo parcial/ C S Pinheiro
jul-22	Auxiliar Serviços Gerais e Ajudante Ação Direta	16 candidatos/as	Constituição Bolsa de Reserva
nov-22	Auxiliar Serviços Gerais e Ajudante Ação Direta	5 candidatos/as	Constituição Bolsa de Reserva

Medicina do Trabalho:

A Medicina do Trabalho tem como objetivo proteger a saúde dos trabalhadores, prevenir doenças ocupacionais e controlar riscos profissionais. Em 2022 foram realizadas **76 consultas**, bem como os respetivos **exames contratualizados**.

Avaliação de Desempenho:

No ano 2022 foi efetuada a avaliação de desempenho relativamente ao trabalho desenvolvido no ano anterior. A percentagem de trabalhadores avaliados foi de **88%**, ficando por avaliar aqueles que se encontravam ausentes por motivo de baixa médica ou licenças sem vencimento.

A Média Geral das avaliações efetuadas aos/às colaboradores/as em 2022, numa escala de a 2 a 5, foi de **4,35**, ou seja, "BOM".

Qualificação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:

A Misericórdia assegura que os/as colaboradores/s reúnam experiência e competência para cumprirem as suas funções, identificando necessidades e monitorizando a formação ministrada. Em 2022, cumpriu o cronograma do Mapa Anual de Formação, tendo sido realizadas 40 ações sobre os mais variados temas, das quais 12 foram presenciais e 28 efetuadas online, na forma de Webinares.

No total foram ministradas 2.954,50 horas formativas.

Inquéritos de Satisfação aos Colaboradores:

- A Misericórdia mede, regista e avalia a satisfação e motivação dos colaboradores através dos questionários de satisfação. Em 2022 foram respondidos 92 inquéritos, o que representou uma taxa de resposta de **63%**.

Apuradas as respostas, verificou-se que o Grau global de satisfação em 2022, numa escala de a 1 a 4, foi de **3,40 - SATISFEITO**.

Envolvimento e Atividades para Colaboradores:

- Foi disponibilizada uma Técnica da Instituição para auxiliar os nossos colaboradores no preenchimento e submissão da Declaração Anual do IRS (Mod. 3).
- Foram atribuídos presentes personalizados às trabalhadoras que foram mães e um pequeno brinde aos seus filhos recém-nascidos, bem como um troféu de reconhecimento aos/às colaboradores/as que terminaram o seu vínculo laboral por Aposentação e/ou Invalidez.
- Em Julho foi organizado o evento “Piquenique Solidário”, no âmbito do “Um Dia Pela Vida” da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que culminou com a Festa de Encerramento nos dias 16 e 17 de setembro, onde funcionárias da Santa Casa colaboraram como voluntárias.
- Nos meses de Agosto e Setembro de 2022 foram realizados 4 (quatro) Convívios, onde participaram o total de 101 funcionários/as (67%).
- No mês de Dezembro um grupo de colaboradores reuniu-se para confeccionar as tradicionais broas de Natal, com o objetivo de manter as tradições e fomentar o espírito de equipa.
- Na quadra natalícia e num gesto simbólico de gratidão pelo trabalho desenvolvido, foi distribuído a cada colaborador/a um **Cabaz de Natal** composto por produtos regionais e locais.
- Em Dezembro foi enviada uma Mensagem de Ano Novo a todos os/as colaboradores/as.
- Mensalmente foi enviado um email aos/às colaboradores/as, com palavras de incentivo e motivação.

8. SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Apresentação de relatórios de indicadores em janeiro e maio.

Realização de duas reuniões multidisciplinares com os responsáveis de Processos.

Novas edições dos procedimentos:

- P.05 - Cuidados de saúde
- P.13 - Voluntariado
- P.14 - Serviços Gerais - Frota

Realização de auditorias:

- P.02 - Recursos Humanos
- P.03 - Admissão e Acolhimento
- P.04 - Equipamentos
- P.06 - Cuidados Pessoais e Quotidiano
- P.07 - Serviço de Apoio Domiciliário
- P.08 - Animação Sociocultural
- P.11 - Medição e Análise da Melhoria
- P.13 - Voluntariado

Realização de inquéritos de satisfação a:

- Utentes das ERPIs, Centro de Convívio e SAD
- Colaboradores
- Utilizadores do refeitório (almoço)
- Familiares/Responsáveis
- Fornecedores



9. PATRIMÓNIO

- Prosseguimento das Obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela.
- Conclusão das Obras de Manutenção da ERPI Nossa Senhora da Conceição.
- Alienação de lote constituído por 1 prédio urbano e 3 prédios rústicos situados na Vereda do Vale, no Estreito da Calheta
- Escritura da Expropriação da parcela 219 A - Amparo, Ponta do Pargo;
- Conclusão de dois processos de registo de imóveis;
- Manutenção/limpeza em alguns imóveis.
- Preparação de lista de materiais/equipamentos do imobilizado a abater.



10. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram abertos os seguintes Procedimentos:

- **Procedimento 1/2022** para aquisição do Projeto de Arquitetura para adaptação dos novos espaços: auditório e zona administrativa (“Obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela”).
- **Procedimento 2/2022** para o fornecimento de Fraldas e de outros bens utilizados na higiene pessoal dos utentes e na limpeza das instalações.
- **Procedimento 3/2022** para fornecimento de máquina de lavar roupa industrial com capacidade de 18kg.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Santa Casa da Misericórdia da Calheta manteve e celebrou Protocolos com diversas Entidades, nomeadamente: Instituto de Segurança Social da Madeira, Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania, Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny, com a EBS/PE da Calheta e a Escola Profissional Atlântico.
- A Santa Casa esteve presente nos seguintes eventos/encontros:
 - **06 de fevereiro** - Entrega de prémios da 5ª Mostra das Camélias;
 - **27 de março** - Abertura da IX Mostra dos Espantalhos;
 - **4 de maio** - Visita Pastoral do Bispo da Diocese, D. Nuno Braz

- **5 de maio** - Estreia da peça de teatro *Afinal, qual é o meu melhor lado?* do grupo de teatro da Escola Básica e Secundária/PE da Calheta;
- **9 de maio** - Sessão de abertura das Comemorações do Segurança Social 2022;
- **18 de maio** - Ato público de assinatura do contrato programa PROAGES 2022;
- **21 de junho** - Evento Innovationtrail F3M (Warepro);
- **24 de junho** - Sessão Solene comemorativa do 520º aniversário Município da Calheta
- **04 de julho** - Sessão Solene do dia da Misericórdia de Machico -493º Aniversário
- **05 de julho** - Tomada de posse dos órgãos sociais da UIPSS Madeira
- **08 de julho** - Colaboração com a equipa “Convite à Vida” do Projeto *Um Dia Pela Vida* 2022-Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro, com a preparação e oferta de um caldo verde para a ação de sensibilização e angariação de fundos no evento “Fados no Engenho”.
- **20 de julho** - Participação no Projeto *Um Dia Pela Vida* promovido pelo Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro em parceria com a Comissão Organizadora Local e a Câmara Municipal da Calheta com a realização de um piquenique solidário.
- **16/17 de setembro** - Festa de Encerramento do Projeto *Um Dia Pela Vida*;
- **14 a 16 de outubro** - XV Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira e Encerramento das Comemorações dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Horta;
- **5 de novembro** - II Festival de Grupos Corais da RAM João Victor Costa 2022;
- **16 a 19 de novembro** - XIX Feira das Vontades 2022;
- **18 de novembro** - Cerimónia Comemorativa do Dia da Escola - Escola Básica e Secundária/PE da Calheta;
- **25 de novembro** - Conferência “A importância das Organizações Sociais” - Cáritas
- **29 de novembro** - Assembleia Geral da UIPSS-Madeira;
- **5 de dezembro** - I Gala do Voluntário;
- **12 de dezembro** - Sessão pública de apresentação do Programa de Gestão e Organização para dirigentes das IPSS da RAM;
- **dezembro** - colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas para seleção e entrega de 13 cabazes sustentáveis a famílias em situação de vulnerabilidade;

- Ao longo do ano participou nas reuniões do Conselho de Parceiros - GAL ADRAMA.
- A exemplo de anos anteriores foram realizadas Auditorias Financeiras.

12. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no compromisso da Instituição, mais concretamente, de acordo com o disposto do artigo 21º n.º 1 e alínea c) “Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos Órgãos e “...” apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior “...” propostos pela Mesa Administrativa, “...” sempre sob parecer do Conselho Fiscal.”, a Mesa Administrativa apresenta o Relatório e Contas do ano económico de 2022, para apreciação.

No cumprimento da Lei e do Compromisso para o efeito, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo. Porém, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação dos irmãos e que resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Rendimentos

As rubricas com maior realce, designadas de grandes rubricas, são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no período em análise, um total de 3 078 675 euros:

Rubricas	2021	2022	Varição 2021/2022	Orçamento 2022	Desvio face ao orçamento
72 - Prestação de Serviços	836 212	843 797	7 585	869 800	-26 003
75 - Subsídios à exploração	1 655 767	1 782 299	126 532	1 730 590	51 709
75 - Reversões	69 710	3 960	-65 750	5 000	-1 040
78 - Outros Rendimentos e ganhos	526 025	448 178	-77 848	729 180	-281 002
79 - Juros e outros rendimentos	515	442	-74	500	-58
TOTAL	3 088 230	3 078 675	-9 555	3 335 070	-256 395

Relativamente ao exercício anterior, registamos um decréscimo de rendimento de 9 555 euros.

Onde se verificou maiores desvios face ao orçamentado, foram nas rubricas de *Subsídios à exploração* e nos *Outros rendimentos e ganhos*.

Em relação ao orçamentado registou-se uma diminuição de 256 395 euros. No orçamento de 2022 tinha sido projetada a conclusão da Obra de Ampliação e Remodelação do Lar da Estrela, e conseqüentemente a imputação dos subsídios o que não veio a se verificar.

O desvio orçamental ocorre devido à imprevisibilidade de alguns rendimentos aquando da elaboração do orçamento.

Analisemos no quadro seguinte os rendimentos de uma forma mais desagregada:

Rendimentos	2021	2022	Varição 2021/2022	Orçamentado 2022	Desvio face ao orçamento
Prestações de Serviços	836 212	843 797	7 585	869 800	-26 003
721411 - Pensões	525 022	552 260	27 238		
721412 - Comparticipações Familiares	167 767	145 830	-21 937		
72144 - Centro Convívio	2 578	4 937	2 359		
72145 - Centro C. Pinheiro	0	135	135		
722 - Quotizações	1 560	2 125	565		
725 - Serviço Fisioterapia	96 276	94 438	-1 838		
7272 - Serviços Refeições	34 207	35 778	1 571		
7273 - Serviços Lavandaria	525	360	-165		
7274 - Serviços Fraldas	8 277	7 934	-343		
Subsídio à exploração	1 655 767	1 782 299	126 532	1 730 590	51 709
7511 - Segurança Social - Acordos	1 541 308	1 735 818	194 511		
7512 - Segurança Social - Programas	96 502	36 984	-59 518		
752 - Outras Entidades	17 957	9 497	-8 460		
76 - Reversões	69 710	3 960	-65 750	5 000	-1 040
7621 - Dívidas a receber	69 710	3 960	-65 750		
78 - Outros rendimentos	526 025	448 178	-77 848	729 180	-281 002
7848 - Inventários	0	11 989	11 989		
7871 - Alienação Ativos Tangíveis	150 189	29 575	-120 614		
7873 - Rendas	101 446	101 854	408		
7881 - Correção Períodos Anteriores	285	0	-285		
7883 - Subsídios ao Investimento	233 164	226 164	-7 000		
7885 - Restituição Imposto	3 652	1 502	-2 150		
78861 - Projeto + Cuidador	9 862	10 037	174		
78881 - Reembolso de Despesas	1 536	3 987	2 451		
78884 - Descontos Financeiros	399	495	95		
788851 - Donativos Fiscais	48	90	42		
788852 - Donativos em Espécie	5 898	5 229	-669		
788853 - Donativos não Fiscais	2 208	1 509	-700		
78886 - Outros rendimentos	12 789	51 604	38 815		
78887 - Injunção - Multas	400	0	-400		
78888 - Cedência Equipamento	920	765	-155		
78889 - Consignação IRS	3 198	2 508	-690		
78889 - Outros	30	871	841		
79 - Juros e outros rendimentos	515	442	-74	500	-58
791-Juros obtidos	515	442	-74		
Saldos Totais	3 088 230	3 078 675	- 9 555	3 335 070	-256 395

Gastos

As rubricas de maior relevo, designadas de grandes rubricas, são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, num total de 2 861 598 euros:

Rubricas	2021	2022	Variação 2021/2022	Orçamento 2022	Desvio face ao orçamento
61 - Custo Mercadorias	308 591	308 754	163	276 000	32 754
62 - Fornecimentos e serviços externos	213 277	230 610	17 333	241 050	-10 440
63 - Gastos com pessoal	1 863 851	1 982 659	118 808	2 099 480	-116 821
64 - Gastos de depreciação	329 712	321 615	-8 097	551 500	-229 885
65 - Perdas por imparidade	9 296	14 732	5 436	10 000	4 732
67 - Provisões	0	0	0	0	0
68 - Outros gastos e perdas	14 662	3 227	-11 434	77 120	-73 893
TOTAL	2 739 390	2 861 598	122 208	3 255 150	-393 552

Relativamente ao exercício anterior, registamos um acréscimo de gastos no valor de 122 208 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um decréscimo nos gastos no valor de 393 552 euros.

As *mercadorias vendidas e matérias consumidas* estão sobretudo relacionadas com as aquisições de géneros alimentares, de medicação, de produtos de higiene e conforto e de produtos de limpeza entre outros. Registou-se um aumento de 163 euros relativo ao ano anterior.

Os *fornecimentos e serviços externos* dizem respeito aos serviços especializados, a conservação e reparação, aos materiais, a energia e fluidos, as deslocações e transporte, aos serviços diversos e aos encargos com utente. Registou-se decréscimo no valor de 17 333 euros relativo ao ano anterior.

Relativamente aos *gastos com pessoal*, registou-se um acréscimo de 118 808 euros, face ao ano anterior, e está relacionado com a admissão de novos colaboradores e à atualização do Salário Mínimo Regional. No entanto, ficou abaixo do orçamentado em virtude de ainda não ter sido publicada a tabela salarial da CNIS, com retroatividade a Julho/2022.

A taxa de 22,3% de contribuição da segurança social mantém-se desde 2018.

Os *gastos de depreciação e amortização* resultaram da aplicação das taxas de depreciação e amortização adotadas, de acordo com as normas legais aplicáveis e em vigor, mantendo-se nos valores do ano anterior. Este valor também ficou abaixo do orçamentado em virtude da não conclusão das Obras no Lar Nossa Senhora da Estrela no ano de 2022.

Quanto às *perdas por imparidade* registou um aumento no valor de 5 436 euros relativo às perdas por imparidade de clientes.

Em *outros gastos e perdas* registou-se um decréscimo uma vez que no ano anterior o fator originário foi a alienação de um prédio e respetivo custo com imobiliária, intermediária na venda.

Analisemos no quadro seguinte os gastos de uma forma mais desagregada:

Gastos	2021	2022	Variação 2021/2022	Orçamentado 2022	Desvio face ao orçamento
61 - CMVMC	308 591	308 754	163	276 000	32 754
612/3-Géneros Alimentares	139 461	158 189	18 728		
6142-Medicamentos/Encargos Saúde	40 873	42 661	1 788		
6144-Material Higiene e Conforto	96 646	66 749	-29 897		
6145-Material de Limpeza	27 061	30 039	2 978		
6146-Material Escritório/Didático	3 067	2 761	-306		
6147-Utensílios	0	3 307	3 307		
6148-Rouparia	0	3 121	3 121		
6149-Material Diverso	1 483	1 927	444		
62 - Fornecimento e Serviços Externos	213 277	230 611	17 334	241 050	-10 439
6221/2/4 - Serviços Especializados	15 441	18 983	3 543	16 600	2 383
622101-Serviços Informático	7 869	8 583	714		
622102-Desinfestação/Extintor	836	773	-62		
622104-Sioslife	1 446	4 337	2 891		
622105-Auditoria Financeira	4 880	4 880	0		
622108-Contratação Pública	411	411	0		
6222-Publicidade	213	12	-201	1 000	-988
6224-Honorários	42 883	35 819	-7 064	45 000	-9 181
6226-Conservação e Reparação	31 252	31 440	188	30 500	940
622621-Reparação Lavandaria	1 713	4 807	3 094		
622622-Reparação Escritório	2 564	1 062	-1 501		
622623-Reparação Transporte	10 268	14 546	4 278		
622624-Reparação Elevadores	4 590	4 371	-219		
622625-Reparação Cozinha	7 203	2 905	-4 298		
622629-Outras Reparação	4 915	3 749	-1 166		
6227-Serviços Bancários	1 441	1 119	-322	1 500	-381
623 - Materiais	7 149	4 016	-3 133	9 750	-5 734
6231- Ferramentas e Utensílios	4 680	1 440	-3 240		
6232- Livros e Documentação	68	77	10		
6234-Artigos para oferta	1 242	1 220	-22		
6235-Material Didático	0	185	185		
6236-Jornais e revistas	1 160	1 093	-66		
624 - Energia e fluídos	94 080	106 001	11 921	91 500	14 501
6241-Eletricidade	42 338	46 806	4 468		
62421-Gás	31 592	30 539	-1 053		
62422-Gasóleo	14 721	19 429	4 708		
6243-Água	5 429	9 227	3 798		

Relatório de Atividades e Contas 2022

625 - Deslocações e estadas	1 198	3 280	2 082	5 000	-1 720
6251/2-Deslocações e Estadas	1 067	3 164	2 097		
6253-Transporte Mercadorias	60	0	-60		
6258-Outros	71	116	45		
626 - Serviços Diversos	16 794	24 514	7 720	31 900	-7 386
6261-Rendas e Alugueres	4 123	10 744	6 621		
6262-Comunicação	5 379	5 814	435		
6263-Seguros	3 580	4 829	1 249		
6265-Contencioso e notariado	2 010	1 917	-93		
6268-Outros serviços	1 139	413	-726		
6269-Rouparia	563	796	233		
627 - Encargos com utentes	2 826	5 425	2 599	8 300	-2 875
627-Encargos com utentes	2 826	5 425	2 599		
63 - Gastos com pessoal	1 863 851	1 982 659	118 808	2 099 480	-116 821
6321-Remunerações do pessoal	1 332 705	1 430 505	97 799		
63221-Sub. Alimentação	102 162	101 863	-299		
63222-Horas Extras	0	612	612		
63223-Feriados	11 704	14 029	2 326		
63224-Subsídio Turno	24 506	25 713	1 207		
63226-Abono para Falhas	947	1 483	536		
63227-Subsídio Transporte	18 787	20 908	2 121		
63229-Acréscimo Remuneratório	29 815	29 076	-740		
6351-Encargos sobre remuneração	310 608	331 218	20 610		
6352-Fundo Compensação	316	321	5		
636-Seguros acidente trabalho	17 024	17 620	595		
6385-Vestuário e Calçado	4 980	2 797	-2 183		
6386-Medicina no Trabalho	2 673	1 944	-729		
6387-Formação	2 659	1 637	-1 022		
6388-Outros gastos com o pessoal	4 964	2 933	-2 031		
64 - Gastos de depreciação	329 712	321 615	-8 097	551 500	-229 885
642-Ativos fixos tangíveis	329 712	321 615	-8 097		
643-Ativos fixos intangíveis	0	0	0		
65 - Perdas por imparidade	9 296	14 732	5 436	10 000	4 732
651-Em dívidas a receber	9 296	14 732	5 436		
67 - Provisões	0	0	0	0	0
673-Processos Judiciais	0	0	0		
68 - Outros gastos e perdas	14 662	3 227	-11 434	77 120	-73 893
6883-Quotizações	1 340	1 220	-120		
6871 - Gastos em Alienações	8 967	0	-8 967		
68881 - Gastos Projetos	1 050	0	-1 050		
688-Outros	3 305	2 007	-1 297		
TOTAL	2 739 390	2 861 598	122 209	3 255 150	-393 552

Conclui-se que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Investimentos

As aquisições em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis realizadas no período em apreço totalizaram 16 413 euros, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Investimentos	2022	2021
Equipamento básico	14 485	3 154
Equipamento transporte	0	33 000
Equipamento administrativo	155	5 453
Outro ativos fixo tangíveis	1 773	1 535
TOTAL	16 413	43 142

Foi adquirido em 2022 uma máquina lavar roupa Primus 18 Kg e um carrinho de medicação entre outros equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade da Instituição.

As normas contabilísticas estabelecem que um bem do ativo fixo tangível deve ser desreconhecido quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação, no entanto no ano económico de 2022 não foi realizado abates.

No período em análise foi alienado os prédios, urbano U-1081 e rústicos R-14327 / 14332 / 14334, situados no Estreito da Calheta e recebemos por doação os prédios U-496 e Rústicos 1435 / 1438 / 3142 / 7666 / 8741 / 9294 / 14562, situados no Arco da Calheta.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as transferências dos investimentos em curso e sua transferência para o Ativo da Instituição, desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos	31-12-2021	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2022	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	446 643	35	12		446 667		446 667
Edifícios e outras construções	8 022 275	66 620	17 813		8 071 082	2 710 529	5 360 553
Equipamento básico	624 151	14 485			638 636	614 303	24 333
Equipamento de transporte	309 173				309 173	289 373	19 800
Equipamento administrativo	159 917	155			160 072	159 729	344
Outros ativos fixos tangíveis	75 353	1 773			77 126	76 368	758
Ativo Bruto	9 637 512	83 069	17 825	0	9 702 756	3 850 302	5 852 454

Os investimentos em curso teve um acréscimo no ano de 2022, no valor de 2 738 260 euros, relativo as obras “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela” e “Remodelação da ERPI Nossa Senhora da Conceição”.

Relatório de Atividades e Contas 2022

Ativos	31-12-2021	Adições	Abate Alienação	Transferên- cias	31-12-2022	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Obra L.N.S. Estrela	796 857	2 104 859			2 901 717		2 901 717
Obra L.N.S. Estrela-Sede	0	581 085			581 085		581 085
Obra L.N.S. Conceição	12 781	52 315		65 096	0		0
TOTAL	809 638	2 738 260	0	65 096	3 482 802	0	3 482 802

TOTAL Ativos	10 447 150	2 821 328	17 825	65 096	13 185 558	3 850 302	9 335 256
---------------------	-------------------	------------------	---------------	---------------	-------------------	------------------	------------------

Os ativos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

Ativos	31-12-2021	Adições	Abate Alienação	Transferência	31-12-2022	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos intangíveis	7 822				7 822	7 822	0
TOTAL	7 822	0	0	0	7 822	7 822	0

As depreciações no período totalizaram o valor de 321 615 euros.

Ativos fixos tangíveis	31-12-2021	Depreciações	Abate	31-12-2022
Edifícios e outras construções	2 414 991	295 538		2 710 529
Equipamento básico	597 396	16 907		614 303
Equipamento de transporte	282 773	6 600		289 373
Equipamento administrativo	159 396	333		159 729
Outro Ativos fixo tangíveis	74 132	2 237		76 368
TOTAL	3 528 687	321 615	0	3 850 302

Ativos Intangíveis	31-12-2021	Amortização	Abate	31-12-2022
TOTAL	7 822	0	0	7 822

Quantia Escriturada	3 536 509	321 615	0	3 858 124
----------------------------	------------------	----------------	----------	------------------

Em 30 de março de 2021 foi assinado o contrato de adjudicação da empreitada relativo à “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, entre a Santa Casa e a empresa JRS - Construções, pelo preço contratual de 2.729.225,35€ acrescido do IVA, à taxa legal.

Deu-se início dos trabalhos em 03 de Maio de 2021, com prazo de execução de 540 dias, a contar da data da sua consignação. Dado a dimensão da obra e a alterações aos trabalhos iniciais foi prorrogado o prazo da conclusão das obras para 30/04/2023.

Com o decorrer das obras foi necessário aditar novos contratos ao contrato inicial com a JRS, nomeadamente:

Obras Ampliação e Remodelação Nossa Senhora da Estrela	Contratos JRS	
	Valor	Data
Trabalhos Adicionais aprovados até Novembro/2021	21 040,02	06-12-2021
Trabalhos Adicionais aprovados entre Novembro/2021 e Fevereiro/2022	68 510,71	31-03-2022
Trabalhos da nova Zona Administrativa	238 831,85	31-03-2022
Trabalhos Adicionais aprovados entre Março e Maio/2022	172 008,71	26-05-2022
Trabalhos de Alteração da Cobertura Edifício B, Interior Casa do Lixo e Quadro Geral	239 078,32	23-09-2022
Trabalhos Bloco N - Cave a mais - Betão + Arquitetura	470 561,59	06-10-2022
TOTAL	1 210 031,20	

Obras Edifício SEDE	Contratos JRS	
	Valor	Data
Fração "A" Trabalhos do novo Auditório	331 782,53	31-03-2022
Fração "B" do Edifício Sede, Varandas, Esgotos da Garagem, Nova Rede Gás, Novas fechaduras	242 000,00	09-06-2022
TOTAL	573 782,53	

Conclusão

Com o presente documento, confirma-se a gestão equilibrada, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e objetivos propostos.

Face ao que antecede, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2022;
2. Que seja aprovada a aplicação do resultado líquido no valor positivo de 342 341 euros para a conta "Fundos".

A Mesa Administrativa agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

Calheta, 23 de março de 2023

Mesa Administrativa

Provedor (José Mário de Sousa Nunes) _____

Vice Provedor (José Basílio Azevedo Santos) _____

Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão) _____

Tesoureiro (Norberto Miguel Sousa Sardinha) _____

Vogal (Ana Maria Freitas Nóbrega) _____

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia da Calheta

1.2 Sede: Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara - ER224 n.º 91 9370 -139 Calheta

1.3 Número de identificação de pessoa coletiva: 511033982

1.4 Natureza da Atividade: A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de Março, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de Março e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de Junho da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que, se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Portaria nº 78/2007 de 16 agosto da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o ISSM e as IPSS.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que aprova o Estatuto das IPSS.

Compromisso da Santa Casa - Declaração n.º 10/2016 JORAM n.º 190 de 28 outubro, série II, da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

1.5 - Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011, a Santa Casa aplica a Norma de Contabilização e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstração Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo - Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI);

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como as quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Base de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Santa Casa na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas:

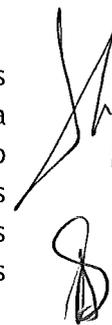
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Santa Casa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas Demonstrações Financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



3.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com o período anterior, respeitando o Princípio da Continuidade da Santa Casa e procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Ver nota 2.3.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou de produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os Ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridas desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 16 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis e intangíveis de reduzido valor, inferior a mil euros, dada a sua imaterialidade.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	Entre 3 a 6 anos

3.2.3 Bens do Património Histórico e Cultural

Não existem bens do Património Histórico e Cultural.

3.2.4 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5 Imparidade de Ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a

quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.2.6 Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. A Entidade adota como método de custeio dos Inventários o Custo Médio Ponderado, em sistema de inventário permanente. No ponto 6 deste anexo refere a política de reconhecimento dos bens doados.

3.2.8 Rendimentos e gastos

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rendimentos proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Encontra-se isenta de IRC.

3.2.10 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros ativos correntes”, encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a registada em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas registadas pelo seu valor nominal

Financiamentos Obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços.

Caixa e depósitos bancários

Os valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de alterações de valor.

Devem se indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras ativos correntes» e «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

3.2.11 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e inclui o resultado líquido acumulado.

As “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” são compostas por fundos atribuídos por terceiros e por fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.12 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno e de transporte, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.13 Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que possível, como rendimento do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.14 Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando contratualizados em Fundos Patrimoniais, e a Instituição se compromete a cumprir com todas as obrigações decorrentes dos contratos firmados. São refletidos no resultado com a imputação de acordo com a depreciação do ativo ao investimento.

3.2.15 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço são divulgadas nas demonstrações financeiras, se forem consideradas materiais.

3.2.16 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas em conformidade com as NCRF-ESNL, foram efetuados juizes de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, e fundos patrimoniais, assim como as quantias relatadas de rendimento e gastos incorridos relativos aos períodos reportados.

Todas as estimativas efetuadas pela Instituição foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração;
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidades aos valores do ativo, nomeadamente de clientes.

3.2.17 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, exceto quanto ao descrito no ponto 2.3.

4. Investimentos

4.1. Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

4.2. Bens do património histórico, artístico e cultural

A Instituição não possui nem usufrui de quaisquer bem do património histórico, artístico ou cultural.

4.3. Ativos fixos tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos	31-12-2021	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2022	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	446 643	35	12		446 667		446 667
Edifícios e outras construções	8 022 275	66 620	17 813		8 071 082	2 710 529	5 360 553
Equipamento básico	624 151	14 485			638 636	614 303	24 333
Equipamento de transporte	309 173				309 173	289 373	19 800
Equipamento administrativo	159 917	155			160 072	159 729	344
Outros ativos fixos tangíveis	75 353	1 773			77 126	76 368	758
Ativo Bruto	9 637 512	83 069	17 825	0	9 702 756	3 850 302	5 852 454
Obra L.N.S. Estrela	796 857	2 104 859			2 901 717		2 901 717
Obra L.N.S. Estrela-Sede	0	581 085			581 085		581 085
Obra L.N.S. Conceição	12 781	52 315		65 096	0		0
TOTAL Ativos	10 447 150	2 821 328	17 825	65 096	13 185 558	3 850 302	9 335 256

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Ativos fixos tangíveis	31-12-2021	Depreciações	Abate	31-12-2022
Edifícios e outras construções	2 414 991	295 538		2 710 529
Equipamento básico	597 396	16 907		614 303
Equipamento de transporte	282 773	6 600		289 373
Equipamento administrativo	159 396	333		159 729
Outro Ativos fixo tangíveis	74 132	2 237		76 368
TOTAL	3 528 687	321 615	0	3 850 302

As depreciações no montante total de 321 615 euros foram reconhecidas na rubrica «gastos de depreciação e amortização».

A obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta-Hospital conclui-se em 31-07-2020 com o auto receção da obra. A sua reabertura ocorreu em 17-09-2020.

Em relação às “Obras de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, em 30 de março de 2021 foi assinado o Contrato de empreitada entre a Santa Casa e a empresa JRS - Construções, no valor de 2 729 225€, acrescido IVA. Em 03-05-2021 deu-se início dos trabalhos.

Como referido anteriormente com o decorrer das obras foi necessário aditar novos contratos ao inicial com a empresa, no valor de 1 210 031€, acrescidos IVA.

Durante o ano 2022, foram também aprovados os novos contratos relativo as obras no Edifício Sede, no valor total de 573 783 €, acrescidos de IVA.

Em 2021 e 2022 precedeu-se a algumas reparações no Lar de Nossa Senhora da Conceição, registando-se em Investimentos o valor de 65 096 euros. Em 2022 este investimento em curso foi transferido para o Ativo da Instituição em “Edifício e outras construções”

Não existem quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

5. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos	31-12-2021	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2022	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos intangíveis	7 822				7 822	7 822	0
TOTAL	7 822	0	0	0	7 822	7 822	0

Não existe quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

Desde 2019 foi consignado à Farmácia Varela a preparação da medicação, individualizada a cada utente.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Existem bens, nomeadamente géneros alimentares, oferecidos por particulares ou empresas, que a SCMC os classifica, atribuindo valor de mercado e havendo controlo sobre o seu consumo, ficando os mesmos valorizados nos inventários.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica de “Inventários” e a quantia de inventários reconhecida como gasto do período, detalham-se conforme quadro que se segue:

Designação	31-12-2022	31-12-2021
Existência Inicial	44 440	61 246
Compras	317 041	291 786
Existência Final	52 728	44 440
Gastos no período	308 754	308 591

O custo de mercadoria vendida e matéria consumida (CMVMC) subdividem-se:

Gastos no período	2022	2021
CMVMC		
Géneros Alimentares	158 189	139 461
Medicação e Encargos Saúde	42 661	40 873
Material Higiene e Conforto	66 749	96 646
Material Limpeza	30 039	27 061
Material Escritório/Didático	2 761	3 067
Utensílios	3 307	0
Rouparia	3 121	0
Material Diverso	1 927	1 483
Total	308 754	308 591

Em 2022 houve um acréscimo do custo dos géneros alimentares resultante do aumento de preços. No entanto, houve uma diminuição dos custos com aquisição de equipamentos de proteção individual, de higienização e dos consumíveis, devido a diminuição do impacto da pandemia e no abaixamento do preço, em relação ao ano de 2021. Em 2022 foi contabilizado o valor de utensílios e de rouparia existente em Stock.

Não existe quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivo.

7. Rendimentos e Gastos

7.1 Rendimentos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes réditos e outros rendimentos:

Rubricas	2022	2021
Prestação de Serviços	843 797	836 212
<i>Quotas</i>	2 125	1 560
<i>Utentes e Comunidade</i>	841 672	834 652
Subsídios, doações e outros	1 782 299	1 655 767
<i>Subsídios do Estado e outros E. Públicos</i>	1 772 802	1 637 810
<i>Subsídios de outras entidades</i>	9 497	17 957
Reversões	3 960	69 710
Outros Rendimentos e ganhos	448 178	526 025
Juros e outros rendimentos	442	515
TOTAL	3 078 675	3 088 230

Em **prestação de serviços** estão registados as mensalidades, as comparticipações utentes/familiares em regime de internamento, as comparticipações dos utentes do Centro de Convívio e do Cento Comunitário do Pinheiro. Nesta rubrica estão registadas também os serviços sociais refeições, lavandaria, fraldas e serviço de fisioterapia, bem como as quotizações dos Irmãos da Santa Casa.

Os **subsídios à exploração** são maioritariamente os apoios do Instituto da Segurança Social da Madeira, de acordo com os Acordos de Cooperação celebrados com a Instituição.

Em 2022 houve um aumento de comparticipações mensais do Instituto de Segurança Social no montante de 3,6% no geral e 8,4% nas Estruturas Regional para Pessoas Idosas, pela Resolução Regional 929-2022 ISerie-176-2022-10-03sup2 e pela Resolução Regional 951-2022 ISerie-179-2022-10-07sup4 e criou uma medida financeira, pontual e extraordinária, de reforço em 5% dos montantes das comparticipações mensais contratualizadas típicas e atípicas devidas pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM, IP-RAM) às Instituições, no âmbito dos instrumentos de cooperação celebrados através da Resolução Regional 975-2022 ISerie-184-2022-10-17sup. Apoio Seg. Social para 2022.

Em **outros rendimentos e ganhos** regista-se as rendas, nomeadamente os Paços do Concelho - Câmara Municipal da Calheta, Centro de Saúde da Calheta - Hospital e da Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta; as imputações dos subsídios para investimentos; as alienações do ativo fixo tangível; os donativos; a consignação do 0,5% da coleta de IRS, entre outros.

Na rubrica **reversões** encontra-se registado as reversões de perdas por imparidade de investimentos financeiros e de provisões.

Subsídio ao Investimento e Outros Apoios do Governo

Anualmente é registado os incentivos ao investimento, atribuídos tanto pelo Instituto de Segurança Social, pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, como por outras entidades.

Descrição	Total subsídios ao Investimento	Imputação de Subsídios Investimento		
		Total de anos anteriores	Do ano	Por imputar
Subsídios Obra (1996)	2 321 021	1 206 931	46 420	1 067 670
Subsídios Viaturas Seg. Social	71 392	71 392	0	0
Subsídios Viaturas IDR	39 259	39 259	0	0
Subsídios Equipamento Seg. Social	239 298	239 298	0	0
Adrama "Calheta + Social"	198 275	173 742	3 067	21 466
Viaturas Híbridas	35 000	35 000		0
	2 904 246	1 765 623	49 487	1 089 136
IDR - Lar Estrela	3 184 844	57 140	14 285	3 113 419
IDR - Centro Saúde	3 275 629	324 783	162 392	2 788 454
	6 460 473	381 923	176 677	5 901 872
TOTAL	9 364 718	2 147 546	226 164	6 991 008

Aquando da construção do edifício ERPI Nossa Senhora da Estrela e Centro de Dia foi apoiado pelo Governo Regional e pela Segurança Social, no montante de 2 321 021 euros. Anualmente é amortizado o valor de 46 420 euros. Do total de subsídio para as obras realizadas em 1996, ainda encontra-se por afetar aos anos seguintes 1 067 670 euros.

Houve comparticipação da Segurança Social para a aquisição de equipamento básico no valor de 239 298 euros entre os anos de 1996 e 1999.

Foi apoiado também pela Segurança Social a aquisição de equipamento transporte no valor de 71 392 euros entre os anos de 1994 e 2010.

Em 2014 foi aprovada candidatura ao Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR, para aquisição de uma viatura adaptada a pessoas com mobilidade reduzida no valor de 39 259 euros.

A candidatura ao investimento para remodelação da cozinha e lavandaria da Instituição em 2014, foi aprovada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), no montante de 198 275 euros.

Em dezembro de 2016 foi atribuído um apoio financeiro eventual, no montante de 35.000 euros, pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, para a aquisição de duas viaturas ligeiras híbridas, de cinco lugares, adquiridas em 2017.

Durante o ano de 2017 foram feitas 2 candidaturas ao Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR. Uma para "Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta" e outra para a "Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI de Nossa Senhora da Estrela".

Em 18-08-2017 foi aprovada a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000002” para as “Obras de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela” no montante de 2 307 758,68 euros, comparticipada em 85% do valor elegível do investimento. Em 04-07-2019 foi aprovada uma reprogramação desta candidatura e o montante do apoio passou para 3 184 843,75 euros.

Em 24-11-2017 foi aprovada a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000004” para as “Obras de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta”, no montante de 2 725 922,43 euros, apoiada em 85% do valor elegível do investimento. Em 04-02-2019 foi aprovada a reprogramação e o montante do apoio passou para 3 275 629,05 euros. Em 21-09-2020, após a conclusão dos trabalhos, foi solicitada uma nova reprogramação final para 3 821 289,56 euros, onde incluímos os trabalhos adicionais, os trabalhos complementares e a revisão de preços. Continuamos a aguardarmos por parte do Instituto Desenvolvimento Regional a sua aprovação.

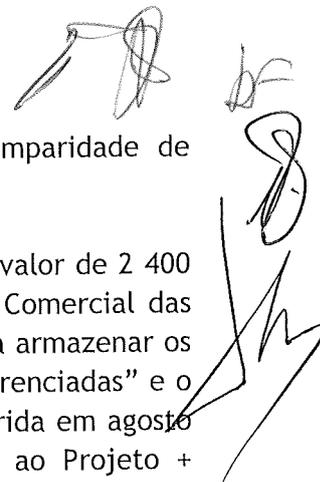
7.2 Gastos

7.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos incorridos com fornecimento e serviços externos nos períodos de 2022 e 2021 foram os seguintes:

62 - Fornecimento Serviços Externos	2022	2021
Trabalhos especializados	18 983	15 441
Publicidade e propaganda	12	213
Honorários	35 819	42 883
Conservação e reparação	31 440	31 252
Serviços bancários	1 119	1 441
Materiais	4 016	7 149
Eletricidade	46 806	42 338
Gás	30 539	31 592
Gasóleo	19 429	14 721
Água	9 227	5 429
Deslocações e estadas	3 280	1 198
Rendas e Alugueres	10 744	4 123
Comunicação	5 814	5 379
Seguros	4 829	3 580
Contencioso e notariado	1 917	2 010
Outros Serviços	413	1 139
Rouparia	796	563
Encargos com utentes	5 425	2 826
Subtotal	230 610	213 277

Na rubrica “Trabalhos Especializados” inclui os serviços das empresas Copidias, Coolmática e Warepro relativo a prestação de serviços informáticos. Inclui também os gastos com o programa informático adquirido para estimulação cognitiva dos utentes à empresa Sioslife e os serviços prestados de Auditoria financeira, de Contratação pública e da subscrição anual do programa IMED da Fisioterapia.



Em 2021 houve custos com serviços de advocacia na recuperação de imparidade de clientes, não acontecendo em 2022 daí a diminuição dos honorários.

Na rubrica “Rendas e Alugueres” houve custos no valor de 10 744 euros. O valor de 2 400 euros relativo ao arrendamento de um espaço (Loja D) situado no Centro Comercial das Laranjeiras, desde agosto de 2021 e finalizando em dezembro de 2022, para armazenar os alimentos do “POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas” e o valor de 8 344 euros relativo a utilização da viatura ligeira AI-00-RQ, adquirida em agosto de 2021, através de contrato de Renting, renda mensal fixa, destinado ao Projeto + Cuidador.

7.2.2 Gastos Com o Pessoal

Os gastos com o pessoal, incorridos nos períodos de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações do pessoal	1 624 189	1 520 627
Encargos sobre remunerações	331 540	310 924
Seguro acidentes trabalho	17 620	17 024
Outros gastos com o pessoal	9 311	15 275
TOTAL	1 982 659	1 863 851

A rubrica «Outros gastos com o pessoal» inclui gastos com a medicina no trabalho, com formação, com vestuário e calçado e com oferta de Natal e outras atividades com os colaboradores.

Os Órgão Sociais não são remunerados, apenas em situações pontuais são ressarcidos das despesas com os km percorridos, designadamente, quando utilizam as viaturas pessoais nas deslocações em representação da Instituição.

7.2.3 Outros Gastos

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2022 e de 2021 foram os seguintes:

68 - Outros gastos e perdas	2022	2021
Gastos em Alienações	0	8 967
Donativos	143	0
Quotizações	1 220	1 340
Correção anos anteriores	0	1 422
Gastos Projetos	0	1 050
Outros	1 865	1 882
Subtotal	3 227	14 662

Em 2021 os Gastos com Alienação é a rubrica que apresenta valor mais significativo em “outros gastos”, corresponde aos Serviços da Imobiliária na alienação do prédio Urbano situado na Freguesia do Campanário, Concelho da Ribeira Brava.

8. Instrumentos Financeiros

8.1 Outros créditos e ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros	31-12-2022	31-12-2021
Outros créditos e ativos não correntes	10 489	6 684

Na rubrica outros créditos ativos não correntes são registadas as entregas efetuadas pela Santa Casa ao Fundo Compensação Trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. Não existe ativos dados como garantia.

8.2 Fornecedores, créditos a receber e outros ativos e passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de fornecedores, outros passivos correntes e créditos a receber, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2022			31-12-2021		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Ativos correntes						
Cientes e utentes	82 474	72 887	9 587	90 338	62 114	28 223
Outros ativos correntes	2 355 703	58 572	2 297 131	3 388 387	58 572	3 329 814
TOTAL do ATIVO	2 438 177	131 459	2 306 718	3 478 724	120 687	3 358 038
Passivos correntes						
Fornecedores Curto prazo	34 431		34 431	44 351		44 351
Outras contas a pagar	757 355		757 355	626 657		626 657
TOTAL do PASSIVO	791 786	0	791 786	671 008	0	671 008
TOTAL LÍQUIDO	1 646 391	131 459	1 514 932	2 807 716	120 687	2 687 029

Passamos a analisar mais detalhadamente a informação contida no quadro anterior.

Os valores referentes a “Outros ativos correntes” dizem respeito a:

Outros ativos correntes	31-12-2022	31-12-2021
Receitas diferidas	177 034	20 604
Serviço Regional Saúde	122 410	121 723
Dívidas de utente	85	72
A receber IDR Lar Estrela	1 751 219	2 933 946
A receber IDR Centro Saúde	163 782	163 782
A receber IDR Proj.+ Cuidador	98 471	108 508
Inst. Seg. Social PO APMC	1 053	2 915
Outros Devedores - Fisioterapia	41 650	36 837
TOTAL	2 355 703	3 388 386
Perda por Imparidade Hospital	-58 572	-58 572
TOTAL	2 297 131	3 329 814

Em relação ao passivo com o Serviço Regional de Saúde (SESARAM), em reunião com a tutela foi referido a continuação do pagamento da renda do Centro de Saúde da Calheta, o que não veio a acontecer após o início das obras, desde abril de 2019. Em 2020 foi criada imparidade relativo a referida renda, durante o período da realização da obra, de abril 2019 a julho 2020, mantendo-se em 2022.

Em 2021 e 2022 foram efetuadas reuniões com o objetivo de formalizar a atualização da renda do Centro de Saúde, não tendo sido possível a sua concretização.

Os valores referentes a “*Outros passivos correntes*” correspondem a:

Outros passivos correntes	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores de Investimento (*A)	237 346	105 339
Férias e subsídio férias	254 805	225 404
Despesas diferidas (*B)	9 842	11 225
Cauções	90 173	20 153
Dívidas a pessoal especializado	1 263	2 391
Dívidas a utentes (*C)	132 338	157 852
UMP	0	360
Parcerias outras Instituições (PEA)	6 841	20 194
Fundo Emergência Ação Social	24 748	82 690
Escola Enfermagem	0	1 050
TOTAL	757 355	626 657

(*a) A instituição não possui dívidas a terceiros superiores a um ano, o valor é relativo a faturação de dezembro de 2022 da Obra da Estrela.

(*b) Despesas referente a 2022, faturadas em 2021.

(*c) Corresponde ao saldo líquido que resulta de parte das pensões deduzidas das despesas pessoais/extraordinárias dos utentes.

8.3 Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

No reconhecimento das perdas por imparidade de créditos a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida e a expectativa de recuperabilidade dos saldos.

Perdas por Imparidade acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida cliente	31-12-2022	31-12-2021
Até 12 meses	14 732	9 296
de 13 a 24 meses	9 296	5 990
Superior a 25 meses	48 858	46 828
TOTAL	72 887	62 114

Descrição	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade do período	TOTAL
Imparidade/Reversões clientes	14 732	3 960	-10 772
TOTAL	14 732	3 960	-10 772

9. Outras Informações

9.1 Estado e outros entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2022	31-12-2021
Ativos		
Restituição do IVA	5 929	3 936
Total do Ativo	5 929	3 936
Passivos		
Retenção de imposto sobre rendimento	6 166	7 038
Contribuições para a Segurança Social	35 857	35 324
Fundo Compensação	369	307
Total do Passivo	42 392	42 668

Tendo em conta a Lei n.º 64-B/2011 artigo 179.º, n.º 2, e o Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm direito à restituição de um montante equivalente, a 50% do IVA suportado relativo às operações previstas na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

Deste modo a Instituição tem a receber de restituição de IVA de géneros alimentares, o valor de 5 929 euros.

Os valores em dívida em 31 de dezembro de 2022 refere-se a retenção de imposto sobre o rendimento, as contribuições para a segurança social e ao fundo de compensação, relativo ao mês de dezembro de 2022, pago em janeiro de 2023.

A Instituição encontra-se isenta de IRC - Publicado no Diário da República - III série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1992, tanto na atividade económica principal, CAE 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como nas atividades secundárias, nomeadamente CAE 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento e CAE 86906 Outras atividades de saúde humana.

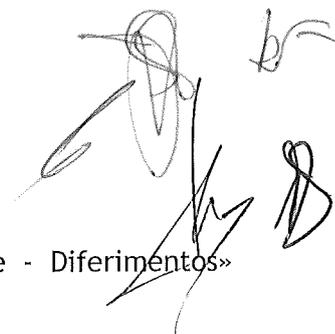
9.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Ativo Corrente - Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2022	31-12-2021
Ativos - Gastos a reconhecer		
Seguro automóvel	901	909
Seguros de instalações	184	184
Seguro Hospital	993	0
Diário Notícias	54	54
Masel - Elevadores	254	0
Jornal Madeira	117	110
Truly Nolen	48	94

Relatório de Atividades e Contas 2022

Seguro Acidentes Trabalho	1272	1 219
Seguro Voluntariado	36	96
Acingov	821	0
TOTAL	4 680	2 666



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Passivo Corrente - Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Passivo Corrente Diferimentos	31-12-2022	31-12-2021
Passivos - Rendimentos a reconhecer		
Projeto + Cuidador	98 471	108 508
Instituto Segurança Social	125 264	0
TOTAL	223 736	108 508

Como previsto nas participações Financeiras da Segurança Social, 3.^a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, Protocolo para o biênio 2021-2022, na Cláusula III e IV, foi afeto em dezembro de 2022, participação financeira relativo a participação adicional extraordinária relativo a 2023 e o montante correspondente a 4,2% do total da atualização dos valores das participações financeiras de 2023.

9.3 Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2022	31-12-2021
Ativos		
Caixa	2 461	2 407
Depósito à ordem	866 833	1 530 930
Outros depósitos bancários	565 676	1 055 002
TOTAL	1 434 970	2 588 339

Verificou-se uma diminuição no valor de depósitos à ordem, atendendo aos trabalhos em curso da “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI da Estrela”.

9.4 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2022	31-12-2021
Fundos	4 793 241	4 426 576
Reservas	25 574	25 574
Outras variações de fundos patrimoniais	7 042 740	7 285 169
Resultado líquido do período	217 077	348 840
TOTAL	12 078 631	12 086 158

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 janeiro de 2022 (ESNL)	4 426 576	0	25 574	7 285 169		11 737 318
Resultado líquido do período de 2021					348 840	348 840
Variações	366 665	0	0	-242 429	131 763	255 998
Posição em 31 dezembro de 2022 (ESNL)	4 793 241	0	25 574	7 042 740	217 077	12 078 631

Por decisão da Assembleia Geral, ata nº 96 do dia 22-04-2022, foi aprovado passar para Fundos, o resultado positivo do exercício de 2021, no valor de 348 840 euros.

Outras variações de fundos patrimoniais	31-12-2022	31-12-2021
Subsídios ao Investimento		
Subsídios Obras (1996)	1 067 670	1 114 090
Subsídios Calheta + Social (Adrama-IFAP)	21 466	24 533
Subsídios IDR Lar Estrela	3 113 419	3 127 704
Subsídios IDR Centro Saúde	2 788 454	2 950 846
Subtotal	6 991 009	7 217 172
Doações	51 731	67 997
TOTAL	7 042 740	7 285 169

9.5 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em 2022 os honorários dos Revisores Oficiais de Contas foram de 4 000 euros (a acrescer IVA), referentes a serviços de revisão legal de contas.

9.6 Passivos Contingentes

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

- A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em 2022 não foi reconhecido nenhum reforço para provisões.

Em 2020 registou-se Provisões no montante de 44 773 euros para fazer face as custas de processo n.º 219/19.0BEFUN reclamação da Empresa JRS, no procedimento de contratação pública, referente a “Obra Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”. Em 2021 foi pago o valor de 30 549 euros relativo ao referido processo, mantendo-se em Provisões 14 224 euros.

9.7 Eventos subsequentes

O ano de 2022 foi marcado por alguma estabilidade depois do período pandémico iniciado em 2019 ocasionada pelo COVID-19, qualificada como uma pandemia internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020.

Não obstante a evolução favorável, a Santa Casa continuou a adotar um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos, considerando que as situações de Covid ocorridas em janeiro de 2023 nas Estruturas Residenciais da Instituição, não colocaram em causa as condições de saúde dos utentes e a continuidade das suas operações.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro 2022 deu início a um conflito com impactos devastadores que afetaram as entidades a nível global e com elevado grau de incerteza. Apesar de a nossa Instituição não ter qualquer exposição direta, nomeadamente relações com entidades sediadas nos países envolvidos ou sobre as sanções daí resultantes, temos analisado os efeitos colaterais deste conflito, com destaque para a repercussão nos preços e disponibilidade das matérias-primas, energia e outros aspetos comerciais ou tecnológicos.

Sendo o desenvolvimento, a duração e consequências deste conflito imprevisíveis, consideramos que as atuais circunstâncias não colocam em risco a continuidade das atividades da Santa Casa.

Em 2020 houve um Procedimento de Inspeção Interna motivada pelo pedido de restituição de 50% do IVA suportado na Obra do Centro de Saúde, no qual a Autoridade Tributária não reconheceu à Instituição o direito ao seu reembolso, no valor de 366 197 euros.

A Santa Casa apresentou recurso e neste momento aguardamos decisão do Tribunal.

Em relação às “Obras de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde”, em 2020 foram apresentadas trabalhos adicionais e complementares. Foi pedido ao IDR a possibilidade de comparticipação nas referidas despesas, não tendo neste momento a confirmação desse apoio.

Relativamente as rendas do Centro de Saúde da Calheta foi realizado uma transferência em 07-02-2023 por parte do SESARAM no valor de 62 740€, correspondente a parte da renda entre Agosto de 2020 e Dezembro de 2022, continuado por atualizar o valor da renda mensal.

Como referido anteriormente, em 2022, com o decorrer das obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela, foi necessário aditar novos contratos ao inicial, no valor de 1.210.031,20€ acrescido IVA, relativo ao Lar, e 573.782,53€ relativo a Remodelação do Edifício Sede.

Em março de 2023 foi celebrado novo contrato com a empresa JRS, no valor de 415.337,74€ acrescido de IVA. Este contrato resulta da necessidade da execução de trabalhos de recuperação do Bloco A, não previstos na empreitada geral, nomeadamente, casa de máquinas, substituição total da instalação elétrica, ITED, paredes, portas, tetos falsos, pavimentos, execução de mais 2 quartos nos espaços desocupados pelos serviços administrativos que vão possibilitar um acréscimo de 5 camas, recuperação dos balneários dos colaboradores, reforço da impermeabilização do Bloco N. Estamos a aguardar reunião com o IDR para que o montante deste contrato também seja aceite como reprogramação e devidamente participado.

Para a referida “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, adjudicada no montante de 2.729.225,35€, em 18-08-2017 foi aprovada a operação M1420-08-4842-FEDER-000002 pelo IDR, e participada no valor de 2.307.758,68 euros, correspondendo a 85% do valor elegível do investimento.

Em 04-07-2019 foi aprovada outra reprogramação e o montante do apoio passou para 3.184.843,75 euros.

Em 23-02-2023, foi aprovado nova reprogramação, reforçando a participação no valor de 300.849€, passado para 3.485.693,15 euros o valor total de apoio do IDR.

9.8 Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 23 de março de 2023.

Propomos que o resultado positivo do exercício de 2022, no valor de 217 077 euros, seja transferido para a rubrica “Fundos”.

Calheta, 23 de março de 2023

Contabilista Certificado n.º 12063 (M^a Conceição R. Silva Sousa)



Mesa Administrativa

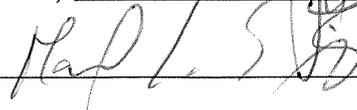
Provedor (José Mário de Sousa Nunes)



Vice Provedor (José Basílio Azevedo Santos)



Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão)



Tesoureiro (Norberto Miguel Sousa Sardinha)



Vogal (Ana Maria Freitas Nóbrega)

